

**ATA 16/2019**  
**Reunião Ordinária de 07 de junho de 2019**



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

**ATA 16/2019**  
**Reunião Ordinária de 07 de junho de 2019**

**Início da reunião: 15,15 horas**

**Términos da reunião: 17,25 horas**

**Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:**

**Presidente:** João Duarte Anastácio de Carvalho

**Vereadores:** Vanda Cristina Moita Gouveia Oliveira

José António da Costa Tomé

Carla Maria Pereira Custódio

João José da Silva Serra

Hernâni Luís Henriques Santos

**Responsável pela elaboração da ata:**

**Nome:** Valter Rodolfo Nunes Domingos de Moura

**Cargo:** Assistente Técnico

**FALTAS JUSTIFICADAS:** A Câmara deliberou justificar a falta dada pelo Sr. Vereador António Augusto Baptista Antunes, que se encontrava ausente por motivos profissionais.



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 16/2019  
Reunião Ordinária de 07 de junho de 2019

### **ABERTURA DA ACTA**

----- Aos 07 dias do mês de junho de 2019, na sala de reuniões do Órgão Executivo, pelas 15,15 horas, o Sr. Presidente da Câmara, João Duarte Anastácio de Carvalho, declarou aberta a reunião, estando presentes os Srs. Vereadores Vanda Cristina Moita Gouveia Oliveira, José António da Costa Tomé, Carla Maria Pereira Custódio, João José da Silva Serra e Hernâni Luís Henriques Santos, na qual foram tratados os seguintes assuntos:

**OUTROS FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ PRESENTES:** Dr. **Constantino Rodrigues Carvalho**, Chefe da Divisão de Administração Geral e Chefe de Gabinete, Dr.<sup>a</sup> Graça Guerra.

**FALTAS JUSTIFICADAS:** A Câmara deliberou justificar a falta dada pelo Sr. Vereador António Augusto Baptista Antunes, que se encontrava ausente por motivos profissionais.

### **ANTES DA ORDEM DO DIA**

A Sr.<sup>a</sup> Vereadora **Vanda Oliveira** usou da palavra para apresentar os seguintes assuntos:

#### **1.º - Proposta de Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços – Apresentado pelos**

**Vereadores do PSD:** Referiu que os vereadores do PSD remeteram a proposta referida em título para que a mesma constasse na ordem de trabalhos da presente reunião. No entanto, constataram que isso não aconteceu. Desconhecem se tal situação tem a ver com o facto de terem remetido o respetivo documento só na segunda-feira (parte da manhã), cuja situação não cumpriu os prazos legais para o respetivo agendamento. Se foi esse o motivo, então solicitou que a mesma seja agendada para a próxima reunião do Órgão Executivo. O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que não teve a ver com a questão do prazo. A situação teve a ver com o seguinte: os serviços também elaboraram uma proposta de regulamento. Deste modo, entenderam que era mais profícuo, em sede de Órgão Executivo, trabalharem, conjuntamente, as duas propostas, no sentido de as conjugar, isto é, fundirem as duas propostas numa só e surgir um documento consensual. Efetivamente, entre as duas existem algumas diferenças, sendo que uma delas é mais rígida, e a outra mais flexível. Reitera que a ideia é que haja uma conjugação das duas propostas. Deste modo, propôs o seguinte: reunirem-se informalmente na próxima semana para trabalharem esta matéria, para que o respetivo documento conste na ordem de trabalhos da próxima reunião de Câmara. A Sr.<sup>a</sup> Vereadora **Vanda Oliveira** referiu que tinha intenção de propor que a proposta de regulamento apresentada pelos vereadores do PSD fosse agendada na próxima reunião de Câmara, uma vez que a mesma não consta na ordem do dia da presente reunião. Desta forma, quer que



## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 16/2019  
Reunião Ordinária de 07 de junho de 2019

fique registado em ata que a proposta de regulamento apresentada pelos vereadores do PSD não constará na ordem do dia da próxima reunião pelos motivos explanados pelo Sr. Presidente da Câmara.

**2.ª - Villa Park Café – Contrato de Arrendamento e Planta:** Referiu que, em sede de reuniões de câmara, tem sido discutida a questão do excesso de ruído proveniente do Villa Park Café, entre outras situações. Na sequência das aludidas discussões, os vereadores do PSD solicitaram cópia do contrato de arrendamento, dado que o respetivo edifício é património do município, assim como a planta do mesmo. Contudo, até à data, os respetivos elementos não foram entregues. A Sr.ª Vereadora **Carla Custódio** procedeu à entrega dos aludidos documentos na presente reunião. Referiu ainda que conversou com o arrendatário e disse-lhe que tinha consultado o contrato de arrendamento, tendo verificado que o mesmo só tinha autorização para ocupar uma parte da área exterior do edifício em causa, sendo que a outra parte que estava a ser ocupada não tinha autorização para o efeito. O arrendatário então respondeu-lhe que tinha na sua posse um documento que lhe dava essa autorização. Deste modo, solicitou ao arrendatário que lhe remetesse o aludido documento para o analisar. Mas, pelos visto, não existe qualquer documento nesse sentido, até porque o arrendatário, segundo lhe foi transmitido pelos serviços, está agora a tratar desse pedido. O arrendatário também transmitiu-lhe que tinha apresentado um pedido para a construção de uma arrecadação. Mas o Chefe da DOTUA não localizou o respetivo pedido no SPO - Sistema de Processo de Obras. Mas, ela (Vereadora Carla Custódio) quando analisou o processo localizou um documento apresentado pelo arrendatário e que tinha dado entrada na Câmara no dia 22.09.2013. No entanto, o mesmo não foi registado no SPO. Desconhece por que razão isto aconteceu, até porque não exercia funções de vereadora nessa altura. Portanto, o documento em causa é relativo aos projetos que o arrendatário mencionou. Por conseguinte, solicitou ao Chefe da DOTUA que analisasse esta situação, dado que os documentos deram entrada na Câmara, mas nunca foram objeto de uma análise. O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que autorizaram o arrendatário a utilizar um anexo que a Câmara possui no local para que o mesmo o utilize como arrecadação. É neste anexo que estão instaladas as bombas de água. Portanto, na sua opinião, o respetivo espaço não deve continuar a servir como arrecadação, porque não é, de todo, uma situação adequada. A Sr.ª Vereadora **Carla Custódio** informou que transmitiu ao arrendatário que teria que desocupar o aludido anexo, tendo o mesmo respondido que então era uma boa altura para construir a arrecadação, cujo pedido já apresentou há já algum tempo. Efetivamente, o arrendatário apresentou esse pedido e o mesmo deu entrada na Câmara.



## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 16/2019  
Reunião Ordinária de 07 de junho de 2019

Contudo, o aludido pedido, como já referiu, nunca foi analisado pelos técnicos. Reitera que desconhece por que razão isso aconteceu. Deste modo, considera que a DOTUA tem que analisar o respetivo pedido. Em relação à área exterior do edifício foi-lhe transmitido pelos serviços que o arrendatário irá apresentar um pedido relativamente à ocupação do espaço que não está autorizado. A Sr.<sup>a</sup> Vereadora **Vanda Oliveira** questionou o seguinte: após as áreas terem sido ocupadas o arrendatário continuou a pagar o mesmo valor de renda. A Sr.<sup>a</sup> Vereadora **Carla Custódio** referiu que, por enquanto, o valor é o mesmo, mais concretamente, 500,00 €/mês. Referiu ainda que quando o mesmo apresentou o primeiro pedido, a Câmara autorizou, não tendo sido aumentada a renda. O Sr.<sup>a</sup> **Presidente da Câmara** referiu que o arrendatário na altura fez algumas obras de beneficiação, como, por exemplo, a colocação de uma tela nova no lago, cuja situação foi bastante benéfica para aquele espaço, dado que, para além de resolver os problemas de infiltrações que existiam, também a nível estético melhorou bastante. Foram ainda executadas outras obras pelo arrendatário na altura. Depois pode pedir aos serviços que indiquem, com detalhe, as respetivas obras. A Sr.<sup>a</sup> Vereadora **Carla Custódio** referiu que após essa situação existiu mais ocupação de área, mas sem ter sido dada autorização por parte do município, ou seja, uma parte da ocupação está autorizada, mas outra parte não está. O Sr. Vereador **Hernâni Santos** questionou qual é a data para término do contrato de arrendamento. A Sr.<sup>a</sup> Vereadora **Carla Custódio** referiu que, na sequência das obras realizadas pelo arrendatário em 2013, o respetivo contrato foi renovado por mais 15 anos. Referiu ainda que o arrendatário acabou por admitir que afinal não tinha obtido autorização da Câmara para ter fechado uma parte da área ocupada. Deste modo, o mesmo referiu que irá desenvolver as diligências necessárias a fim de regularizar esta situação.

**3.º - Obra do novo Lidl:** Referiu que não está afixado no local a placa de identificação da respetiva obra, cuja situação considera estranha, até porque está em causa uma obra de elevada envergadura. O Sr. Vereador **Hernâni Santos** referiu que já esteve afixada no local a respetiva placa. Mas, agora, efetivamente, não se encontra lá. O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que irá verificar a respetiva situação junto da DOTUA.

O Sr. Vereador **João Serra** usou da palavra para apresentar os seguintes assuntos:

**1.º - Feira Nacional da Agricultura:** Informou que a Lourinhã irá ter uma banca na Feira Nacional da Agricultura no dia 09.06.2019 (domingo), entre às 14,00 horas e as 22,00 horas. Deste modo, convidou os elementos do Órgão Executivo a irem a este evento no dia em que a Lourinhã irá lá ter a sua banca.



## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 16/2019  
Reunião Ordinária de 07 de junho de 2019

### **2.º - Convite do Turismo de Portugal – Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro:**

Informou que o Município da Lourinhã foi convidado pelo Turismo de Portugal para no dia 25.06.2019 apresentar o Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro. Este convite vem na sequência dos projetos que têm sido realizados pelo aludido Centro e que têm merecido a aprovação, por parte do Turismo de Portugal, cujo convite é motivo de congratulação.

O Sr. Vereador **Hernâni Santos** usou da palavra para apresentar os seguintes assuntos:

**1.º - Igreja do Castelo:** Questionou se existia alguma evolução em relação a esta matéria. O Sr. Vereador **João Serra** informou que no presente dia reuniu com o Eng.º João Bessa da DGPC por causa do monumento e estão a trabalhar para tentar encontrar uma solução para a questão do estudo geotécnico. O Sr. Vereador **Hernâni Santos** questionou se a sondagem ir-se-á adjudicar este serviço a uma empresa e se a Câmara está disponível para suportar as respetivas despesas. O Sr. Vereador **João Serra** referiu que o Sr. Vereador **Hernâni Santos** já está a colocar esta matéria num patamar que ele (João Serra) não colocou. O Sr. Vereador **Hernâni Santos** referiu que apenas pretende que o processo evolua. O Sr. Vereador **João Serra** referiu que estão a trabalhar nesse sentido. Referiu ainda que estão todos preocupados com esta situação. Mas não quer andar a reboque de alguns considerando que têm sido feitos. Desconhece se hoje irá sair mais algum artigo no Jornal “Alvorada” sobre a Igreja do Castelo. Mas, na sua opinião, quem tem que se pronunciar é quem tem conhecimento sobre os assuntos. Concorde, assim como os restantes elementos do Órgão Executivo, que o município deve ajudar nesta questão da Igreja do Castelo. No entanto, não concorda é que se ande a reboque de opiniões que não sejam as técnicas e as verdadeiras. Portanto, é com algum desagrado que observa que começa haver alguma pressão para levar esta matéria para um patamar que não considera adequado. Na sua opinião, tem que basear-se em opiniões técnicas e objetivas, em detrimento de questões irracionais e emocionais. O Sr. Vereador **Hernâni Santos** referiu que irá transmitir a opinião que expressou no Conselho Económico Paroquial, mais concretamente, que uma entidade que poderia pronunciar-se, face à sua idoneidade e competência técnica, era O LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Inclusive, remeteu ao Padre Ricardo Franco alguns contactos de técnicos do LNEC com responsabilidades, dado que os mesmos podem, de alguma forma, ajudar nesta questão, até porque a DGPC já afirmou que, a nível técnico, não pode prestar mais apoio daquele que já prestou, dado que não possui meios. Mas concorda com aquilo que o Vereador João Serra referiu, nomeadamente, que devem-se balizar por um enquadramento técnico. O Sr. Vereador **João Serra** referiu que a Câmara está a agir de acordo com aquilo que a DGPC está a mandar



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 16/2019  
Reunião Ordinária de 07 de junho de 2019

fazer, dado que é esta entidade que tem competência para fazê-lo. Por conseguinte, não podem agir contra a vontade da mesma, nem existir sobreposições de procedimentos, isto é, não podem avançar com as situações sem que as mesmas estejam definidas e/ou concertadas. Afiança ainda que, em relação esta matéria, têm sido desenvolvidas muitas diligências por parte do município.

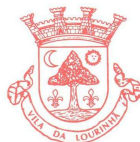
O Sr. **Presidente da Câmara** usou da palavra para apresentar os seguintes assuntos:

**1.º - Deslocação à Bad Liebenzell (Alemanha):** Deu conhecimento ao Órgão Executivo da forma como decorreu a viagem a Bad Liebenzell, para a assinatura do acordo de geminação. Referiu ainda que a comitiva da Lourinhã foi muito bem recebida nesta cidade alemã, aonde residem mais de 300 lourinhanenses. Informou ainda que convidou o Município de Bad Liebenzell para, no próximo ano, estar presente nas festas do concelho.

**2.º - Iluminação Pública – Colocação de Lâmpadas LED – OesteCIM / Projeto OesteLED**

**ESE:** Referiu que a colocação de lâmpadas LED, como é sabido, está a ser concretizada no concelho da Lourinhã, sendo que a sua colocação já está muito próxima dos 50%. Os concelhos da Lourinhã, Bombarral e Sobral de Monte Agraço, neste âmbito, estão a ser os primeiros concelhos a receber este tipo de lâmpadas ao nível da iluminação pública. O plano que está definido é substituir, numa 1.ª fase, 5.513 lâmpadas antigas. Depois, numa 2.ª fase, proceder à substituição de 940 lâmpadas antigas. Foi entendimento não substituir todas de uma vez só, dado que depois atrasaria a colocação das mesmas noutros concelhos. A Sr.ª Vereadora **Vanda Oliveira** questionou como foram escolhidos os locais do concelho para a respetiva substituição. O Sr. **Presidente da Câmara** informou que a prioridade foi substituir as lâmpadas mais antigas e as com maior potência, dado que são estas que consomem mais energia. Referiu ainda que, de acordo com um relatório que foi elaborado, esta medida fará com que haja uma poupança de 72,42%, cuja situação também trará benefícios a nível ambiental.

**3.º - Aluquer de viaturas elétricas - OesteCIM:** Informou que no dia de ontem, no âmbito da OesteCIM, foi decidido proceder ao aluquer de 63 viaturas elétricas, por um período de 4 anos, destinadas aos municípios que integram a OesteCIM. As mesmas serão utilizadas pelas câmaras no seu dia-a-dia, sendo que depois serão repartidas pelos municípios de acordo com aquilo que os mesmos estabeleceram.



# **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 16/2019  
Reunião Ordinária de 07 de junho de 2019

## **----- ORDEM DO DIA -----**

### **----- INFORMAÇÃO FINANCEIRA: -----**

**PONTO 1 – a)** Controlo Orçamental – Receita, ano: **2019**, até ao dia **04/06/2019**; **b)** Controlo Orçamental -- Despesa, ano: **2019**, até ao dia **04/06/2019**;-----

**PONTO 2** - Balancete das Grandes Opções do Plano por objetivos e Programas para o ano de **2019**, até ao dia **04/06/2019**.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

### **----- DOCUMENTOS FINANCEIROS: -----**

**PONTO 3 – N.º 6916/2019 - 5ª REVISÃO ÀS GOP DE 2019:**

A Câmara deliberou, por maioria: **1.º** - Aprovar a presente revisão; **2.º** - Nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, conjugada com a alínea c), do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013 de 12.09, submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal.

Os Srs. Vereadores **Vanda Oliveira** e **Hernâni Santos** abstiveram-se.

**PONTO 4 – N.º 6916/2019 - 5ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2019:**

A Câmara deliberou, por maioria: **1.º** - Aprovar a presente revisão; **2.º** - Nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, conjugada com a alínea c), do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013 de 12.09, submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal.

Os Srs. Vereadores **Vanda Oliveira** e **Hernâni Santos** abstiveram-se.

## **----- EXPEDIENTE -----**

**PONTO 5 – ANA RUCHA – SOLICITADORA E AGENTE DE EXECUÇÃO: Para conhecimento:**

Presente **email, datado de 23.05.2019 (registado no mydoc sob o n.º 4754 em 27.05.2019)**, a dar conhecimento do teor do email que foi remetido ao Chefe do Serviço de Finanças da Lourinhã, mais concretamente, transmite ao aludido chefe de serviço de finanças que foi dada entrada no serviço de finanças de Arruda dos Vinhos, no dia 15.05.2019, um pedido de avaliação do prédio em obras e em fase de demolição – artigo 6441º da freguesia de Lourinhã, em nome da exequente Sandalgreen, SA., tendo este serviço de finanças, posteriormente, reencaminhado para o serviço de finanças da Lourinhã o respetivo pedido. Informa ainda que no pedido original encontra-se em anexo o relatório camarário e avaliação efetuada. Solicita também ao Chefe do Serviço de Finanças da Lourinhã que analise este assunto com a maior brevidade possível, a fim de evitar-se a demolição total do prédio.

A Câmara tomou conhecimento.





## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 16/2019  
Reunião Ordinária de 07 de junho de 2019

### **-----OUTRAS DELIBERAÇÕES-----**

**PROPOSTAS:** - Presentes as seguintes Propostas, que em baixo se transcrevem:

**DA SR.<sup>a</sup> VEREADORA CARLA CUSTÓDIO:**

**PONTO 6 – N.º 6216/2019, DE 21/05 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE MUNICÍPIO DA LOURINHÃ E A ASSOCIAÇÃO DE FREGUESIAS DO CONCELHO DA LOURINHÃ - BENEFICIAÇÃO DOS CAMINHOS DAS OITO FREGUESIAS ASSOCIADAS, ATRAVÉS DO CORTE E LIMPEZA DE CANIÇOS:**

*“A Lei 75/2013 de 12 de Setembro prevê na alínea j), do n.º 1 do artigo 25.º que “compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”.*

*Ora,*

*Considerando a necessidade de manutenção anual de caminhos das oito freguesias, através do corte e limpeza de caniços.*

*Considerando que embora a competência para a manutenção e conservação dos caminhos pertença às Juntas de freguesia, por força da alínea ff) do n.º 1 do artigo 16.º, da Lei n.º 75./2013, de 12 de setembro, estas não possuem os meios financeiros para o efeito;*

*Considerando, ainda, que sendo a manutenção dos caminhos um interesse próprio da população da Lourinhã, e consequentemente, também responsabilidade do município a sua salvaguarda;*

#### **PROPONHO**

*Nos termos do disposto na alínea j), do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara aprove e submeta à aprovação da Assembleia Municipal, o protocolo de colaboração a celebrar entre o **Município da Lourinhã e Associação de Freguesias do Concelho da Lourinhã**, cuja minuta se anexa*

*Lourinhã, 21 de maio de 2019*

*A Vereadora em Regime de Permanência*

*(Carla Pereira Custódio, Dra.º)”*

A Câmara deliberou: **1.º** - Aprovar a proposta supratranscrita, assim como a minuta de protocolo em anexo; **2.º** - Delegar poderes no Sr. Presidente da Câmara para assinar o respetivo Protocolo.



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 16/2019  
Reunião Ordinária de 07 de junho de 2019

### **DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:**

#### **PONTO 7 – N.º 6750/2019, DE 31/05 – CRIAÇÃO DE UMA NOVA CONTA BANCÁRIA NA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS – PAGAMENTO DO ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA ENTRE O MUNICÍPIO E AS ÁGUAS DO VALE DO TEJO, S.A.:**

*“Com a entrada em vigor do DL 5/2019 de 14 de janeiro, que estabelece os termos e as condições a que obedecem os acordos de regularização das dívidas das autarquias locais às entidades gestoras de sistemas multimunicipais ou de outros sistemas de titularidade estatal de abastecimento de água ou saneamento de águas residuais, ou entidades gestoras de parcerias entre o Estado e as autarquias locais nesse âmbito, bem como a cedência dos créditos resultantes dos acordos a terceiros, foi elaborado um acordo de regularização de dívida entre o Município e as Águas do Vale do Tejo, S.A..*

*O nº1 do art.º 6º do referido Decreto Lei prevê a criação de uma conta bancária, criada para o pagamento do acordo de regularização de dívida.*

#### **PROPONHO**

*Face ao exposto, que a Câmara aprove a criação de uma nova conta bancária na Caixa Geral de Depósitos.*

*Lourinhã, 31 de maio de 2018*

*O Presidente,*

*João Duarte Anastácio de Carvalho, Engº*

A Câmara deliberou aprovar a proposta supratranscrita.

#### **PONTO 8 – N.º 6892/2019, DE 04/06 – AQUISIÇÃO À ESTAMO DO PRÉDIO CONHECIDO POR ANTIGO ARMAZÉM DA VINHA E DO VINHO DA LOURINHÃ, SITO NA AV. DE MOÇAMBIQUE, VALE MEDO, CONCELHO DA LOURINHÃ:**

*“As instalações da ESTAMO adquiridos ao Instituto da Vinha e do Vinho, existentes no concelho da Lourinhã, têm servido ao longo de mais de duas décadas para instalar e desenvolver um espaço vitivinícola de referência à Região Demarcada de Aguardente DOC "Lourinhã ";*

*A sua construção foi possível através das taxas pagas pelos viticultores, em particular do concelho da Lourinhã, que há época, num concelho essencialmente de produção vinícola, produziam alguns milhões de litros.*

*Foi naquele espaço que vários trabalhos científicos foram desenvolvidos em colaboração com Estação Vitivinícola Nacional de Dois Portos na destilação, envelhecimento de aguardentes, teste de materiais, castas, processos técnicos, os quais contribuíram para a melhoria e o conhecimento científico, que fundamentaram a criação da Região Demarcada da "Aguardente DOC da Lourinhã".*



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 16/2019  
Reunião Ordinária de 07 de junho de 2019

*Ali funcionou o entreposto fiscal da Comissão Vitivinícola Regional da Lourinhã, e onde hoje, envelhecem dezenas de milhares de litros de aguardente, de dezenas de cooperantes da Adega Cooperativa.*

*Não existe no concelho da Lourinhã, um espaço adequado ao envelhecimento da quantidade de litros armazenados em cascos de carvalho e castanho que ali se encontram de aguardente vínica.*

*Foi essa a principal razão para incluir a cedência do espaço nas contrapartidas pela não execução do aeroporto na OTA.*

*Pretensão que foi aceite e incluída no programa quadro.*

*Ao longo dos anos, foram decorrendo contactos entre a autarquia e o Estado (IVV, Comissão das contrapartidas da OTA, Ministério de Agricultura, entre outros) e nos últimos anos com a ESTAMO para que a Região e a produção de "aguardente DOC Lourinhã" continuassem a sua atividade naquele espaço.*

*É intenção da autarquia da Lourinhã, criar naquele espaço toda uma envolvência ligada à "Aguardente DOC "Lourinhã", reforçando a componente de apoio ao envelhecimento e potenciar o aparecimento de novos produtos, instalando uma destilaria pública de aguardente vínica.*

*Paralelamente será desenvolvida uma componente de turismo temático, pedagógico, que em colaboração com os produtores, operadores e as escolas da Região Demarcada, proporcionará aos locais, alunos e visitantes e turistas um conhecimento das potencialidades da produção vitivinícola do Concelho e da região da "Aguardente DOC Lourinhã", dando a conhecer as castas, os métodos de destilação, os utensílios e de promoção da identidade do Concelho.*

*A Região Demarcada de Aguardente DOC "Lourinhã" é única no país e uma das três da Europa, dedicadas exclusivamente à produção de aguardentes vínicas.*

*Preservá-la é contribuir para o sucesso económico de dezenas de pequenos produtores e é contribuir para o desenvolvimento económico do Concelho, da Região e do País, dando novas perspetivas e oportunidades aos jovens agricultores, vitivinicultores e operadores económicos ligados ao turismo.*

*A aquisição do referido imóvel tem, portanto uma importância estratégica para o Concelho e acaba por ser uma oportunidade única para adquirir um imóvel que o Município sempre quis adquirir e que é de capital importância para a preservação da Região Demarcada de "Aguardente DOC Lourinhã".*



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 16/2019  
Reunião Ordinária de 07 de junho de 2019

*O valor solicitado pela ESTAMO é de 280.000,00€ (duzentos e oitenta mil euros) e decorre de avaliações anuais, tendo ainda sido comunicado de que esta entidade não pode efetuar alienações por valores abaixo do valor contabilístico, o qual corresponde ao valor da avaliação.*

*Trata-se, portanto, de um valor razoável enquadrado nos valores de mercado praticados no Concelho.*

*A respetiva aquisição deve obedecer ao disposto na Lei 75/2013, de 12 de setembro, ressaltando-se que a competência para aquisições até 1000 vezes a remuneração mínima mensal garantida foi delegada pela Câmara no Presidente.*

*Considerando, no entanto, o tipo de edifício a adquirir e as razões de interesse público que lhe subjazem, parece-nos haver razões para que aquela competência neste caso concreto seja avocada pelo órgão executivo.*

*Nestes termos;*

### **PROPONHO**

*Que a Câmara, aprove a aquisição do prédio conhecido por Antigo Armazém da Vinha e do Vinho da Lourinhã, sito na Av. de Moçambique, Vale Medo, Concelho da Lourinhã, descrito na Conservatória do Registo Predial da Lourinhã sob o n.º 10780 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 7064, da União das Freguesias Lourinhã e Atalaia, pelo valor de 280.000,00€ nos termos já acordados com a ESTAMO, nomeadamente:*

- 1 — 20% desse valor a pagar a título de sinal e principio de pagamento, com a assinatura do contrato promessa de compra e venda, a efetuar até 30 de junho do corrente ano.*
- 2 — O restante em falta será liquidado no dia da escritura de compra e venda a celebrar até 31 de janeiro de 2020.*

*Paços do Município, Lourinhã 04 de junho de 2019*

*O Presidente da Câmara*

*João Duarte Anastácio de Carvalho”*

A Câmara deliberou aprovar a proposta supratranscrita.

**PONTO 9 – N.º 6890/2019, DE 04/06 – ALIENAÇÃO DO IMÓVEL DO MUNICÍPIO DA LOURINHÃ, INSCRITO NA MATRIZ PREDIAL SOB O ARTIGO 27.º, SECÇÃO B, DA FREGUESIA DE S. PEDRO, DENOMINADO POR PORTO DE AREIA OU SANTA CRUZ, POR AJUSTE DIRETO AO MUNICÍPIO DE PENICHE PELO VALOR DE 264.374,28 €:**

*“ O Município da Lourinhã é proprietário de um vasto número de imóveis, competindo-lhe identificar aqueles que, diretamente, são indispensáveis à prossecução das suas atribuições e competências e os outros que eventualmente possam ter um potencial de valorização a médio ou*



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 16/2019  
Reunião Ordinária de 07 de junho de 2019

*longo prazo e, ainda, aqueles que, não tendo potencial de valorização, possam ser alienados permitindo um encaixe financeiro a utilizar em projetos de interesse municipal.*

*Desse vasto número de imóveis, consta um terreno localizado no centro de Peniche, inscrito na matriz predial sob o artigo 27.º, Secção B, da Freguesia de S. Pedro denominado Porto de Areia ou Santa Cruz, ocupado em parte por um campo de jogos, um parque infantil e instalações que servem de balneares públicos.*

*Ora, considerando que o Município de Peniche, por ofício de 3 de agosto de 2018, manifestou interesse em adquirir esse terreno com a finalidade de promover os espaços entre a Rua de S. Marcos e a Rua Gil Eanes;*

*Considerando que, face à sua localização noutro município o terreno não possui qualquer valor estratégico para o Município da Lourinhã, sendo conveniente a sua alienação;*

*Considerando que a alienação pode ser realizada independentemente de hasta pública, embora por razões de transparência este deva ser o procedimento preferencial;*

*Considerando, que o Município de Peniche pertence ao setor público estando assim reunidos os pressupostos para uma venda por ajuste direto, à semelhança do que está previsto na al. e), do artigo 81.º do DL 280/2007, de 7 de agosto, relativo à venda de imóveis do domínio privado do estado;*

*Considerando, que o valor do imóvel foi apurado por um perito que elaborou um relatório de avaliação de acordo com as exigências da CMVM e de acordo com as exigências da Norma Regulamentar do Instituto de Seguros n.º 16/99-R, tendo daí resultado o valor de 264.374,28€;*

*Considerando que esse é o valor real que dificilmente seria ultrapassado por operadores privados atendendo a que, conforme consta do relatório do perito, que qualquer ocupação daquele espaço estará dependente de um plano de pormenor a ser aprovado pelo Município;*

*Considerando que a alienação de bens imóveis do domínio privado das autarquias locais deve obedecer ao disposto da al. g), do n.º 1 do artigo 33.º da L. 75/2013 de 12 de setembro, competindo à câmara aprovar a alienação de bens imóveis de valor até 1.000 vezes a remuneração mínima mensal garantida, tendo esta competência sido delegada no presidente;*

*Considerando, no entanto, que face ao valor do contrato e ao facto do outro outorgante ser uma entidade pública, há razões para que o Órgão Executivo avoque esta competência*

### **PROPONHO**

*Ao abrigo da al. g), do n.º 1 do artigo 33.º da L. 75/2013 de 12 de setembro, que a câmara aprove a alienação do imóvel do Município, inscrito na matriz predial sob o artigo 27.º, Secção B, da Freguesia de S. Pedro, denominado Porto de Areia ou Santa Cruz, por ajuste*



## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 16/2019  
Reunião Ordinária de 07 de junho de 2019

*direto ao Município de Peniche pelo valor de 264.374,28€ (duzentos e sessenta e quatro mil, trezentos e setenta e quatro euros e vinte e oito centavos), nos termos e condições do contrato promessa que se junta em anexo*

*Paços do Município, Lourinhã 04 de junho de 2019*

*O Presidente da Câmara*

*João Duarte Anastácio de Carvalho”*

A Câmara deliberou, por maioria, aprovar a proposta supratranscrita.

Os Srs. Vereadores **Vanda Oliveira** e **Hernâni Santos** abstiveram-se.

### **PONTO 10 – N.º 6812/2019, DE 03/06 – ACORDO PRÉVIO PARA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA SAÚDE PARA A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE:**

*“ Na sequência da publicação da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto que prevê a transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, diplomas todos consensualizados com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, foram publicados, entre os dias 30 de janeiro e 30 de abril de 2019, 3 diplomas legais, a seguir indicados, que transferem competências da administração central para a administração local:*

- a) Decreto - Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro – concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde;*
- b) Decreto - Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro - concretiza transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação;*
- c) Decreto - Lei n.º 58/2019, de 30 de abril - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para os órgãos das comunidades intermunicipais na qualidade de autoridades de transporte no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores*

*Nos termos do artigo 4.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto, as competências, previstas nas alíneas a) e b), são transferidas automaticamente para os municípios, produzindo efeitos a 1 de janeiro de 2019, e as competências, previstas na alínea c) entram em vigor no dia seguinte ao da publicação do Decreto - Lei n.º 58/2019, de 30 de abril, conforme previsto nos diplomas de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar.*

*Os mesmos diplomas, contudo preveem que, relativamente ao ano de 2019, as entidades municipais ou intermunicipais que não pretendam exercer aquelas competências comunicam esse facto à Direção Geral das Autarquias Locais, após deliberação dos seus órgãos deliberativos, da seguinte forma:*





## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

**ATA 16/2019**  
**Reunião Ordinária de 07 de junho de 2019**

*a) Decreto - Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro - até 60 dias corridos após a publicação do despacho*

*referido no n.º 3 do artigo 25.º do mesmo diploma legal;*

*b) Decreto - Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro - sob proposta das câmaras municipais respetivas, até 30 de junho de 2019;*

*c) Decreto - Lei n.º 58/2019, de 30 de abril - até 60 dias corridos após a entrada em vigor do presente diploma.*

*Aqueles diplomas setoriais definem, ainda, a transferência de competências em diversos domínios para os órgãos das entidades intermunicipais, dependendo, no entanto, esta competência do acordo prévio dos municípios que a integram, conforme previsto no artigo 30.º da Lei 50/2018.*

*O acordo referido é da competência da assembleia municipal de cada um dos municípios que integram a comunidade intermunicipal.*

*Face ao exposto,*

*Considerando que o Decreto - Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, concretiza a transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio da saúde;*

*Considerando que de facto, conforme previsto no referido diploma legal, o novo quadro de competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais em matéria da saúde prevê a participação na definição da rede de unidades de cuidados de saúde primários e de unidades de cuidados continuados de âmbito intermunicipal, tendo, assim, em conta o melhor interesse dos cidadãos e das empresas que procuram da parte da Administração Pública uma resposta mais ágil e eficiente.*

### **PROPONHO**

*Que a Câmara aprove e submeta à aprovação da Assembleia Municipal, o acordo prévio do Município para a transferência das competências no domínio da saúde para a Comunidade Intermunicipal do Oeste - OESTECIM, conforme previsto no artigo 2.º do Decreto - Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, conjugado com o n.º 2 do artigo 30.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.*

*Lourinhã, 3 de junho de 2019*

*O Presidente*

*João Duarte Anastácio de Carvalho*

*A Câmara deliberou aprovar a proposta supratranscrita.*



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 16/2019  
Reunião Ordinária de 07 de junho de 2019

**PONTO 11 – N.º 6814/2019, DE 03/06 – ACORDO PRÉVIO PARA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS REGULAR EM VIAS NAVEGÁVEIS INTERIORES PARA A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE:**

*“ Na sequência da publicação da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto que prevê a transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, diplomas todos consensualizados com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, foram publicados, entre os dias 30 de janeiro e 30 de abril de 2019, 3 diplomas legais, a seguir indicados, que transferem competências da administração central para a administração local:*

- a) Decreto - Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro – concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde;*
- b) Decreto - Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro - concretiza transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação;*
- c) Decreto - Lei n.º 58/2019, de 30 de abril - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para os órgãos das comunidades intermunicipais na qualidade de autoridades de transporte no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores*

*Nos termos do artigo 4.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto, as competências, previstas nas alíneas a) e b), são transferidas automaticamente para os municípios, produzindo efeitos a 1 de janeiro de 2019, e as competências, previstas na alínea c) entram em vigor no dia seguinte ao da publicação do Decreto - Lei n.º 58/2019, de 30 de abril, conforme previsto nos diplomas de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar.*

*Os mesmos diplomas, contudo preveem que, relativamente ao ano de 2019, as entidades municipais ou intermunicipais que não pretendam exercer aquelas competências comunicam esse facto à Direção Geral das Autarquias Locais, após deliberação dos seus órgãos deliberativos, da seguinte forma:*

- a) Decreto - Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro - até 60 dias corridos após a publicação do despacho referido no n.º 3 do artigo 25.º do mesmo diploma legal;*
- b) Decreto - Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro - sob proposta das câmaras municipais respetivas, até 30 de junho de 2019;*
- c) Decreto - Lei n.º 58/2019, de 30 de abril - até 60 dias corridos após a entrada em vigor do presente diploma.*





## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 16/2019  
Reunião Ordinária de 07 de junho de 2019

*Aqueles diplomas setoriais definem, ainda, a transferência de competências em diversos domínios para os órgãos das entidades intermunicipais, dependendo, no entanto, esta competência do acordo prévio dos municípios que a integram, conforme previsto no artigo 30.º da Lei 50/2018.*

*O acordo referido é da competência da assembleia municipal de cada um dos municípios que integram a comunidade intermunicipal.*

*Face ao exposto, Considerando que o Decreto - Lei n.º 58/2019, de 30 de abril, concretiza a transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores;*

*Considerando que de facto, conforme previsto no referido diploma legal, o novo quadro de competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais em matéria de serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores visa alargar as competências dos municípios e das comunidades intermunicipais já previstas na Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, que aprova o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros.*

### **PROPONHO**

*Que a Câmara aprove e submeta à aprovação da Assembleia Municipal, o acordo prévio do Município para a transferência das competências no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores para a Comunidade Intermunicipal do Oeste - OESTECIM, conforme previsto no artigo 2.º do Decreto - Lei nº 58/2019, de 30 de abril, conjugado com o nº 2 do artigo 30.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.*

*Lourinhã, 3 de junho de 2019*

*O Presidente*

*João Duarte Anastácio de Carvalho”*

A Câmara deliberou aprovar a proposta supratranscrita.

### **PONTO 12 – N.º 6816/2019, DE 03/06 – ACORDO PRÉVIO PARA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO PARA A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE:**

*“ Na sequência da publicação da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto que prevê a transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, diplomas todos consensualizados com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, foram publicados, entre os dias 30 de janeiro e 30 de abril de 2019, 3 diplomas legais, a seguir indicados, que transferem competências da administração central para a administração local:*



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

**ATA 16/2019**  
**Reunião Ordinária de 07 de junho de 2019**

- a) Decreto - Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro – concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde;*
- b) Decreto - Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro - concretiza transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação;*
- c) Decreto - Lei nº 58/2019, de 30 de abril - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para os órgãos das comunidades intermunicipais na qualidade de autoridades de transporte no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores*

*Nos termos do artigo 4.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto, as competências, previstas nas alíneas a) e b), são transferidas automaticamente para os municípios, produzindo efeitos a 1 de janeiro de 2019, e as competências, previstas na alínea c) entram em vigor no dia seguinte ao da publicação do Decreto - Lei nº 58/2019, de 30 de abril, conforme previsto nos diplomas de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar.*

*Os mesmos diplomas, contudo preveem que, relativamente ao ano de 2019, as entidades municipais ou intermunicipais que não pretendam exercer aquelas competências comunicam esse facto à Direção Geral das Autarquias Locais, após deliberação dos seus órgãos deliberativos, da seguinte forma:*

- a) Decreto - Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro - até 60 dias corridos após a publicação do despacho referido no n.º 3 do artigo 25.º do mesmo diploma legal;*
- b) Decreto - Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro - sob proposta das câmaras municipais respetivas, até 30 de junho de 2019;*
- c) Decreto - Lei nº 58/2019, de 30 de abril - até 60 dias corridos após a entrada em vigor do presente diploma.*

*Aqueles diplomas setoriais definem, ainda, a transferência de competências em diversos domínios para os órgãos das entidades intermunicipais, dependendo, no entanto, esta competência do acordo prévio dos municípios que a integram, conforme previsto no artigo 30.º da Lei 50/2018.*

*O acordo referido é da competência da assembleia municipal de cada um dos municípios que integram a comunidade intermunicipal.*

*Face ao exposto, Considerando que o Decreto - Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, concretiza a transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio da educação;*



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 16/2019  
Reunião Ordinária de 07 de junho de 2019

*Considerando que de facto, conforme previsto no referido diploma legal, o novo quadro de competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais em matéria de educação concretiza um modelo de administração e gestão do sistema educativo que respeita a integridade do serviço público de educação, a equidade territorial e a solidariedade intermunicipal e inter-regional no planeamento das ofertas educativas e formativas e na afetação dos recursos públicos no quadro da correção de desigualdades e assimetrias locais e regionais, bem como a tomada de decisões numa lógica de proximidade.*

### **PROPONHO**

*Que a Câmara aprove e submeta à aprovação da Assembleia Municipal, o acordo prévio do Município para a transferência das competências no domínio da educação para a Comunidade Intermunicipal do Oeste - OESTECIM, conforme previsto no artigo 3.º do Decreto - Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, conjugado com o nº 2 do artigo 30.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.*

*Lourinhã, 3 de junho de 2019*

*O Presidente*

*João Duarte Anastácio de Carvalho”*

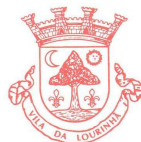
A Câmara deliberou aprovar a proposta supratranscrita.

### **PONTO 13 – N.º 6923/2019, DE 05/06 – 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2019:**

*“ Em conformidade com o disposto no art.º 28º e 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20/06, e DL nº 209/2009, de 03/09, o Município da Lourinhã pode proceder a alterações ao respetivo mapa de pessoal para contratação dos recursos humanos necessários ao desenvolvimento da suas atividades para além dos inicialmente previstos, quando tal se revele indispensável.*

*Considerando que, através da Informação nº 3691/2019, de 21/03, a Coordenação de Educação comunicou e fundamentou a necessidade de contratar 7 trabalhadores da carreira/categoria de Assistente Operacional (auxiliar de ação educativa), a partir da reserva de recrutamento existente para contratação por tempo indeterminado na sequência do procedimento concursal aberto pelo Aviso nº 12099/2017, de 10/10, publicado no Diário da República, 2ª Série nº 195 - Parte H;*

*Considerando também que, através da Informação nº 6713/2019, de 30/05, a Coordenação de Águas e Saneamento comunicou e fundamentou a necessidade de contratar 1 trabalhador da carreira/categoria de Assistente Operacional (canalizador), a partir da reserva de recrutamento existente para contratação por tempo indeterminado na sequência do procedimento concursal*



## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 16/2019  
Reunião Ordinária de 07 de junho de 2019

aberto pelo Aviso nº 15286/2018, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 204, Parte H – Autarquias Locais, de 23/outubro/2018 - Ref.ª A;

Atendendo ainda a que o Município da Lourinhã não se encontra abrangido pelo art.º 55º do Orçamento de Estado para 2019 (LOE2019), aprovado pela Lei nº 71/2018, de 21/12, podendo, assim, proceder a contratação de pessoal no corrente ano;

E verificando-se a existência de dotação orçamental para fazer face às contratações pretendidas (vide fichas de cabimento e compromisso em anexo),

### PROPONHO

Que, ao abrigo do nº 5 do art.º 29º da LTFP e do art.º 3º do DL nº 209/2009, de 03/09, a Câmara Municipal aprove e submeta a aprovação da Assembleia Municipal, uma alteração ao mapa de pessoal para previsão dos postos de trabalho abaixo indicados, não contemplados inicialmente neste documento de gestão previsional:

Postos trabalho	Carreira/ categoria	Vínculo a constituir	Unidade Orgânica	Hab. Lit. e requisitos específicos
7	Assistente Operacional (auxiliar de ação educativa)	Tempo Indeterminado	Coordenação de Educação	Escolaridade obrigatória
1	Assistente Operacional (canalizador)	Tempo Indeterminado	Coordenação de Águas e Saneamento	Escolaridade obrigatória

Paços do Município da Lourinhã,

O Presidente da Câmara Municipal,

João Duarte Anastácio de Carvalho, Eng.º.”

A Câmara deliberou, por maioria, aprovar a proposta supratranscrita.

Os Srs. Vereadores **Vanda Oliveira** e **Hernâni Santos** abstiveram-se.

**INFORMAÇÕES:** - Presentes as seguintes Informações, que em baixo se transcrevem:

**DO SR. VEREADOR JOSÉ TOMÉ:**

**PONTO 14 – N.º 6268/2019, DE 22/05 – APOIO FINANCEIRO ASSOCIAÇÕES/COLETIVIDADES – “Os UNIDOS DAS FONTELAS” E “ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE S. LOURENÇO DA CARQUEJA:**

“ Considerando que se encontra suspenso o Regulamento de Apoio ao Associativismo concelhio e se encontra em fase de conclusão a Carta Local do Associativismo, documento



## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 16/2019  
Reunião Ordinária de 07 de junho de 2019

que consagra a estratégia desenhada, em conjunto com as associações, a ser aplicada no futuro próximo;

Considerando ainda que, nos últimos anos, as Associações apresentaram diversos pedidos de apoio para a requalificação/manutenção das suas instalações;

Considerando que o Município apoiou financeiramente, em 2018, um conjunto de associações e que, por lapso, as solicitações das associações “Os Unidos das Fontelas” e “Associação Recreativa e Cultural de S. Lourenço da Carqueja” não foram contempladas com o apoio financeiro, apesar dos requerimentos terem sido remetidos ao Município em 2018.

Considerando que compete aos Municípios deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos, nos termos da alínea o), do n.º 1, do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Assim, em face do exposto proponho que a Câmara aprecie e aprove a atribuição de um subsídio às duas associações do Município, conforme tabela abaixo, de acordo com o solicitado pelas mesmas, destinado à comparticipação de parte das despesas com obras de requalificação/manutenção.

Data	Associação	Descrição	Valor Solicitado	Valor a atribuir
21/03/2018	Associação R.C. de S. Lourenço da Carqueja	Reconstrução teto da Associação	2275 €	1 100 €
22/06/2018	Os Unidos das Fontelas	Renovação da cozinha da Associação	5800€	4 400 €
Total				5 500 €

O Vereador em Regime de Permanência

(José António Costa Tomé, Dr.)”

A Câmara deliberou aprovar, de acordo com a informação supratranscrita.

**DO SR. VEREADOR JOÃO SERRA:**

**PONTO 15 – N.º 6200/2019, DE 21/05 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DA LOURINHÃ E A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E APOIO ÀS PESCAS DE PORTO DINHEIRO - CONTRATAÇÃO DE TRÊS NADADORES SALVADORES:**



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 16/2019  
Reunião Ordinária de 07 de junho de 2019

*“Considerando que as Praias de Porto Dinheiro e Valmitão estão classificadas como balneares, tendo atribuída no POOC Alcobaça-Mafra uma frente de praia de 150 m para concessionar; Considerando que, em Porto Dinheiro, o estabelecimento que deveria assumir a concessão de praia, e consequentemente o apoio à mesma, se encontra encerrado e sem qualquer perspectiva de voltar a abrir, e que só com a aprovação do POC Alcobaça – Cabo Espichel poderá ser enquadrada uma solução para apoios de praia;*

*Considerando que, para a atribuição efetiva da Bandeira Azul é necessária haver uma entidade que assuma a concessão da praia e sejam contratados, três nadadores salvadores, por forma a serem garantidas as folgas e que garantem a segurança de todos os utilizadores das praias de Porto Dinheiro e Valmitão (parte do tempo);*

*Considerando que, a Associação de Desenvolvimento e Apoio às Pescas de Porto Dinheiro, tem um conhecimento profundo daquelas praias e demonstra disponibilidade para colaborar com o Município nas tarefas que são acometidas aos concessionários;*

*Considerando que, nos termos da alínea o), do nº 1, do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete aos Municípios no âmbito das atividades de interesse municipal, deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes.*

*Proponho*

*Que a Câmara aprecie e delibere aprovar a celebração de um protocolo de colaboração, cuja minuta se anexa, entre o Município da Lourinhã e Associação de Desenvolvimento e Apoio às Pescas de Porto Dinheiro, a expensas do Município, de modo a garantir a segurança de todos os utilizadores das praias de P. Dinheiro e Valmitão, nos termos previstos no Plano Integrado de Vigilância e Salvamento para estas praias, através da contratação de três nadadores salvadores e que a praias sejam acompanhadas de perto pela Associação de Pescadores que diariamente está no local e prima pela salvaguarda e valorização das referidas praias.*

*O Vereador em Regime de Permanência*

*(João José Silva Serra, Eng.º)”*

A Câmara deliberou: **1.º** - Aprovar a celebração do respetivo protocolo de colaboração, assim como a minuta de protocolo em anexo; **2.º** - Delegar poderes no Sr. Presidente da Câmara para assinar o referido Protocolo.

### **PONTO 16 – N.º 6188/2019, DE 21/05 – APOIO FINANCEIRO - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E APOIO ÀS PESCAS DE PORTO DINHEIRO:**

*“A Associação de Desenvolvimento e Apoio às Pescas de Porto Dinheiro realizou uma reunião com o Município da Lourinhã, no sentido de preparar a época balnear de 2019, tanto a nível*





## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 16/2019  
Reunião Ordinária de 07 de junho de 2019

*logístico, como a nível de manutenção das infraestruturas existentes, no sentido de prestar melhores condições aos utilizadores da Praia. Dessa reunião, resultou um levantamento de algumas intervenções/melhoramentos que terão de ser realizados, nomeadamente (reboco de paredes, pintura de muros e casas/arrumos dos pescadores, tratamento de madeiras, entre outras pequenas intervenções)*

*Ora,*

*Considerando que o melhoramento das infraestruturas, para além de servir os sócios da Associação, serve também os utilizadores da Praia de Porto Dinheiro tanto no período de época balnear como durante o restante período com a dinamização de atividades náuticas;*

*Considerando que, em colaboração com a Associação, a Câmara, para além de satisfazer uma necessidade dos respetivos sócios, vem também culminar na satisfação de uma necessidade coletiva;*

*Considerando a especial competência da Câmara Municipal da Lourinhã, em apoiar as instituições de interesse para a comunidade local;*

*E considerando que a Lei 75/2013 de 12 de Setembro, na alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º, permite à Câmara deliberar sobre formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o Município;*

*Face ao exposto e considerando que o esforço de investimento a apoiar é de manifesto interesse para o concelho, proponho que a Câmara aprecie e delibere conceder um apoio financeiro no valor de **10.000€ (dez mil euros)**, à Associação de Desenvolvimento e Apoio às Pescas de Porto Dinheiro como participação nas obras de melhoramento da infraestrutura e que o mesmo seja pago de acordo com as disponibilidades financeiras do Município.*

*O Vereador em Regime de Permanência*

*João José da Silva Serra, Eng.º*

A Câmara deliberou aprovar, de acordo com a informação supratranscrita.

### **PONTO 17 – N.º 6927/2019, DE 05/06 – PROPOSTA DE REGULAMENTO INTERNO - PISCINAS**

#### **PARQUE CAMPISMO:**

*“ Propõe-se que a Câmara Municipal aprecie e delibere aprovar o regulamento interno, em anexo, que estabelece as condições de utilização e funcionamento da Piscina do Parque de Campismo da Praia da Areia Branca.*

*O Vereador em Regime de Permanência*

*(João José da Silva Serra, Eng.º)*



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 16/2019  
Reunião Ordinária de 07 de junho de 2019

A Câmara deliberou aprovar a respetiva proposta de regulamento interno, que aqui se dá por transcrita, fazendo parte integrante da Minuta da Ata.

### **DA CHEFE DA CIS:**

#### **PONTO 18 – N.º 6778/2019, DE 03/06 – RECONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE MANEIO:**

*“ Em reunião de Câmara, realizada em 16 de janeiro de 2019, foi deliberado autorizar a constituição de um fundo de maneiio, no valor de **2.500,00€**, a favor da signatária.*

*No período compreendido, entre 17 de abril e 03 de junho, foram efetuadas as despesas constantes no mapa em anexo.*

*De acordo, com o disposto no Pocal - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, junto remeto documentos comprovativos das despesas efetuadas, no período acima referido, no valor, de **713,27€**.*

*À consideração superior,*

*A Coordenadora da Intervenção Sociocultural*

*(Mafalda Miguel Teixeira)”*

### **INFORMAÇÃO DA CF DE 03.06.2019:**

*“ Os documentos apresentados estão em condições para ser autorizada a reconstituição dos seus valores”*

A Câmara deliberou, por maioria, autorizar a reconstituição em causa.

Os Srs. Vereadores **Vanda Oliveira** e **Hernâni Santos** abstiveram-se.

### **DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:**

#### **PONTO 19 – N.º 6859/2019, DE 04/06 – RECONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE MANEIO:**

*“ Em reunião de Câmara realizada em 16 de janeiro de 2019, foi deliberado autorizar a constituição de um fundo permanente no valor de € 1.000,00 a favor do signatário.*

*No mês de maio foram efetuadas as despesas constantes no mapa em anexo.*

*De acordo com o disposto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, junto remeto documentos comprovativos das despesas efetuadas, no período acima referido, no valor de **138,23 €**.*

*O Presidente da Câmara*

*João Duarte Anastácio de Carvalho”*

### **INFORMAÇÃO DA CF DE 04.06.2019:**

*“Os documentos apresentados estão em condições para que seja autorizada a reconstituição dos seus valores”*

A Câmara deliberou, por maioria, autorizar a reconstituição em causa.





## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 16/2019  
Reunião Ordinária de 07 de junho de 2019

Os Srs. Vereadores **Vanda Oliveira** e **Hernâni Santos** abstiveram-se.

### **DO CHEFE DA DOTUA:**

#### **PONTO 20 – N.º 6782/2019, DE 03/06 – RECONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE MANEIO:**

*“Em reunião de Câmara realizada no dia 16 de Janeiro do corrente ano, foi deliberado autorizar a constituição de um fundo de maneio no valor de 500,00 € (quinhentos euros) a favor do Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente.*

*No mês de maio do corrente ano foram efetuadas as despesas constantes do mapa anexo.*

*O Chefe de Divisão*

*Luís Filipe Martins Gomes, Dr.”*

#### **INFORMAÇÃO DA CF DE 05.06.2019:**

*“Encontra-se em condições de ser presente à CM.”*

A Câmara deliberou, por maioria, autorizar a reconstituição em causa.

Os Srs. Vereadores **Vanda Oliveira** e **Hernâni Santos** abstiveram-se.

### **DA COORDENAÇÃO FINANCEIRA:**

#### **PONTO 21 – N.º 6918/2019, DE 05/06 – POSIÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS:**

*“Na sequência e para dar cumprimento ao estipulado na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), segue em anexo a relação de compromissos plurianuais assumidos entre o período de 19 de Março e 31 de Maio de 2019, a fim de ser dado conhecimento à Câmara e Assembleia Municipal.*

*À Consideração Superior*

*A Coordenadora Técnica*

*Célia Maria Santos”*

A Câmara tomou conhecimento.

**CONTRATOS:** - Presentes a seguinte Minuta de Contrato, que em baixo se transcreve:

**PONTO 22 – MINUTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE COOPERAÇÃO ENTRE O INSTITUTO DOS REGISTOS E DO NOTARIADO, O MUNICÍPIO DA LOURINHÃ E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE LOURINHÃ E ATALAIA,** que aqui se dá como transcrito, fazendo parte integrante da minuta da presente ata.

A Câmara deliberou: **1.º** - Aprovar a minuta do contrato interadministrativo em anexo; **2.º** - Delegar poderes no Sr. Presidente da Câmara para assinar o contrato interadministrativo em causa; **3.º** - Nos termos do disposto na alínea m), do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea k), do n.º 1 do artigo 25.º e artigo 120.º do mesmo diploma legal, submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, o



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

**ATA 16/2019**  
**Reunião Ordinária de 07 de junho de 2019**

respetivo contrato interadministrativo de cooperação entre o Instituto dos Registos e do Notariado, o Município da Lourinhã e a União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia.

----- Os documentos fazem parte integrante da minuta da presente Ata. -----

----- Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade, exceto aquelas em que de outro modo se refere. -----

----- A Câmara deliberou aprovar em minuta todas as deliberações tomadas nesta reunião. ----

----- E, nada mais havendo a tratar, quando eram 17,25 horas, pelo Sr. Presidente da Câmara, foi dada como encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por ele e por mim \_\_\_\_\_, O Assistente Técnico -----  
\_\_\_\_\_, O Presidente da Câmara. -----